

“A NATUREZA MUITO NOS ENSINA E A LUTA TAMBÉM”: Uma Análise Organizacional a partir das Assembleias do Povo Indígena Xukuru do Ororubá¹

Whodson Silva

Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPE
Laboratório de Estudos sobre Ação Coletiva e Cultura, LACC/UPE
whodsoon@gmail.com

Resumo

O presente trabalho apresenta uma análise das Assembleias anuais do grupo indígena Xukuru do Ororubá, situado no município de Pesqueira/PE, a partir do prisma dos Estudos Organizacionais. Destaca, especificamente, as concepções e significações do organizar, dentro de uma perspectiva do Bem Viver, em especial da prática de dividir tarefas e tomar decisões. Nesse sentido, visibiliza um modelo de arranjo organizacional pautado em uma lógica diferente das contempladas nas teorias clássicas e hegemônicas dos estudos da Administração ou *management*. As fontes principais para este exercício são os elementos etnográficos, analisados à luz da interdisciplinaridade entre os Estudos Organizacionais e a Antropologia. Conclui-se, que o Bem Viver, revelado na força da Mãe Natureza, é um elemento importante da cosmologia deste povo e interfere no ato de gerir recursos desta coletividade. Nessa direção, evidencia os processos de como os sujeitos criam e recriam suas próprias maneiras de dividir tarefas e tomar decisões em seu espaço territorial, neste caso específico de caráter étnico-geográfico.

Palavras-chave: Organizar; Xukuru do Ororubá; Assembleias Xukuru; Bem Viver.

INTRODUÇÃO

“A Natureza muito nos ensina e a luta também” é um trecho do documento final da VII Assembleia² do Povo Xukuru do Ororubá. Essa oração muito revela sobre a discussão que aqui iremos empreender: a estreita relação entre a elaboração simbólica e a organização política dos Xukuru, representada no âmbito de tomar decisões e dividir tarefas no contexto das Assembleias Anuais.

No contexto organizacional Xukuru, a Assembleia anual é uma instância de discussão e decisão do projeto de futuro desta população indígena, onde se reúnem o maior número possível de indivíduos deste grupo para problematizar aspectos como a saúde, educação, território e meio ambiente. Realizadas desde 2001, as Assembleias iniciam-se anualmente uma semana antes do dia 20 de maio, e termina nesta data, com

¹ Este texto é resultado de minha monografia do curso de Administração, na Faculdade Santa Helena (Recife/PE), orientada pelo Prof. Dr. Tiago Barreto e Profa. Dra. Vânia Fialho. Saliento que este trabalho foi realizado e apresentado no ano de 2016. Portanto, alguns dos contextos apresentados e aqui discutidos podem ter sido modificados com a realização das últimas Assembleias.

² Adotamos os termos “Natureza”, “Cartas” e “Assembleia(s)” em letras maiúsculas por se tratarem de entidades institucionalizadas, tornando-se substantivos próprios do grupo Xukuru.

uma grande marcha que desce da Serra do Ororubá³ até à cidade de Pesqueira, relembrando o assassinato do cacique Xicão, líder indígena Xukuru morto em razão das lutas empreendidas em defesa dos direitos sociais de seu povo⁴.

Esse elemento de gestão é, sobretudo, um espaço coletivo, simbólico e político que reflete as propostas do Bem Viver, modelo ancestral indígena de pensar o mundo e de como viver nele (ACOSTA, 2016, p. 33). Organizado pelas lideranças Xukuru, esse evento marca uma significativa abertura para a participação mais ampla e democrática dos sujeitos que integram esse grupo.

Nessa direção, um dos maiores desafios para os estudos da administração, é conseguir visualizar arranjos organizacionais pautados em uma cosmologia indígena⁵, frente à produção e reprodução de teorias hegemônicas, substancialmente articuladas à racionalidade econômica, instrumentalização da ação em função de finalidades materiais e/ou econômicas, e a organização como fim em si mesma. Tal marginalização das práticas de gestão indígena, no campo dos Estudos Organizacionais⁶, é consequência de um mundo contemporâneo, moderno, dicotômico “que assumiu o direito de ser o mundo (civilizado, livre, racional), em detrimento de outros mundos possíveis” (ESCOBAR, 2015, p. 55)⁷.

A lógica hegemônica de organização tem como características a hierarquia, o formalismo, a burocracia, a impessoalidade, a ênfase na especialização técnica, o que subsidia a forma dominante de organização social, que preza pela eficiência, eficácia, competitividade, produtividade, mesmo em campos não orientados pela produção de mercadoria (BASTOS, et. al., 2015, p. 11).

Para Parker (2002), o *Management* (administração, gestão e gerenciamento), tornou-se, no senso comum, um fator indispensável para uma sociedade organizada,

³ A Serra do Ororubá é uma cadeia de montanhas localizada nos municípios de Pesqueira e Poção, região agreste de Pernambuco.

⁴ Sobre o ato político do dia 20 maio, ver: NEVES, Rita de Cássia Maria. Resistência e Estratégias de Mobilização Política entre os Xukuru. In: ATHIAS, Renato. (Org.). **Povos Indígenas de Pernambuco: Identidade, Diversidade e Conflito**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007, v. 1, p. 113-136.

⁵ Entendemos cosmologia indígena como a maneira pela qual os diversos grupos elaboram suas próprias explicações a respeito do mundo, dos fenômenos naturais, da dimensão espiritual. Representa também as distintas concepções dos grupos étnicos a respeito da origem do universo e das coisas que nele existem.

⁶ Os Estudos Organizacionais (EO) é um corrente de pensamentos do campo da Administração que trata de “uma confluência de diversas disciplinas, suportadas por paradigmas distintos, para a qual contribuem, especialmente, as disciplinas de Ciências Sociais como: Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Psicologia, História e Economia” (FISCHER, 2003, p. 50) que objetivam estudar as organizações; esta perspectiva teórica é construída a partir das “mudanças econômicas, políticas, e socioculturais que determinam ideologias e olhares diferenciados que conformam o campo” (WAIANDT et. al., 2013, p.786).

⁷ As citações em espanhol foram traduzidas para português, sob minha responsabilidade.

para o progresso social e crescimento econômico. Nessa direção, criou-se certo consenso na ciência administrativa⁸ da crença no gerencialismo de mercado, processo de dar ordem e controlar pessoas e coisas em função das finalidades materiais e/ou econômicas propostas pelos agentes econômicos, como o essencial modelo de organização, divisão de tarefas e tomada de decisão. Essa tradicional forma de pensar a organização consolida-se no campo da administração em detrimento de outras formas de organizar⁹, que são marginalizados por, justamente, apresentarem outro contexto ao invés do empresarial (MISOCZKY et. al., 2008).

O mercado como lógica central da vida em comunidade é criticada por várias/as professoras/es e pesquisadoras/es, que rejeitam a visão do *mainstream* de que isso é “natural” Bastos et. al. (2015), elas e eles apontam que o domínio da esfera econômica faz com que o modelo empresarial de organização seja considerado o mais adequado para a garantia dos objetivos planejados. Em contraponto a isto, estudos ao redor do mundo visibilizam que existe uma grande diversidade de maneiras com que as pessoas se organizam para realizar atividades e, a partir de diferentes concepções, conseguem atender as demandas apresentadas (SANTOS, 2003).

O organizar Xukuru, neste cenário, apresenta-se como contraponto das tradicionais formas de organização, entendida nos moldes de empresa. Ou seja, se apresenta como uma alternativa ao modelo hegemônico e se insere na hermenêutica das emergências, perspectiva que possibilita compreender a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo, e aderem a alternativas fundadas em princípios não capitalistas, como o bem viver neste caso específico (SANTOS, 2003).

Esta produção objetiva destacar as concepções e significações do organizar, em especial das práticas de dividir tarefas e tomar decisões, nas Assembleias anuais do povo Xukuru do Ororubá. As fontes principais para este trabalho são os recursos etnográficos: observação participante e registro em diário de campo. Pauta-se também em uma análise documental das Cartas Finais produzidas nas Assembleias. Estes

⁸ A ciência administrativa é entendida, neste trabalho, como o campo teórico em que se disseminam a ideologia das relações capitalistas de produção como um modelo hegemônico, que prioriza a eficiência empresarial e o gerencialismo de mercado, visão ao qual nos contrapomos ao adotarmos as perspectivas dos EO (BASTOS, et. al, 2015; PARKER, 2002).

⁹ Adotamos o termo “Organizar” que “representa uma perspectiva processual de como o ordenamento das atividades humanas é conduzido, diferente da visão tradicional que se concentra no produto desses processos: a organização” (BASTOS, et. al. 2015, p. 14).

materiais são analisados à luz de referências teóricas das áreas dos EO e da Antropologia.

Este é um trabalho que trata da relação entre os EO e um grupo étnico. Versa, portanto, sobre um campo escasso nos estudos sobre o organizar, no contexto da administração. E busca evidenciar os processos de como as pessoas criam e recriam suas maneiras de organizar, gerir e controlar em seu espaço, neste caso específico de caráter étnico-geográfico.

Guerreiros do Ororubá: Cosmovisão, Vida e Organização Xukuru

Segundo dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010, p. 199), realizado em 2010, o povo indígena Xukuru do Ororubá possui a população estimada em 12.471 indígenas¹⁰, apresentando-se como o 14º maior povo indígena do país. Sua população está distribuída em 24 aldeias e mais dois bairros da cidade de Pesqueira/PE. A vida econômico-social do grupo é diversificada, no entanto, a maior parte da população vive da agricultura. Os alimentos produzidos são comercializados na feira da cidade de Pesqueira, e mais recentemente na cidade de Arcoverde, lugares onde alguns agricultores indígenas vêm ganhando crescente destaque pela produção e venda de produtos orgânicos.¹¹

O território deste grupo está localizado nos municípios de Pesqueira e Poção (Pernambuco, região Agreste), a 216 km da cidade do Recife. Compreende 27.555 mil hectares, homologados desde 2001, obedecendo ao processo administrativo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que garante o usufruto dos indígenas sobre os territórios por eles tradicionalmente ocupados, juridicamente definido como Terra Indígena (TI). A TI situa-se em meio a uma região semiárida, com um dos três últimos resquícios de mata atlântica do agreste e sertão pernambucano. Caracteriza-se por uma privilegiada hidrografia, com açudes e rios, e está ordenada, segundo os Xukuru, em três regiões: I) Ribeira, engloba aldeias de áreas mais secas; II) Serra, onde existe maior umidade, e portanto melhor produção agrícola; e Agreste, mais seco e frio (OLIVEIRA, 2014, p. 21 e 22).

¹⁰ Este número refere-se aos residentes no território Xukuru que se declaram e/ou se consideram indígenas, dessa maneira não estão contabilizados os residentes no território que não se declaram ou não se consideram indígenas e ainda, os indígenas Xukuru que residem fora do território indígena.

¹¹ Sobre a experiência de comercialização de alimentos de base ecológica Xukuru, ver: ARAUJO, André Luis de Oliveira; ORDONIO, Iran Neves. Feira Xukuru do Ororubá: conquistas em torno de uma experiência de comercialização de alimentos de base ecológica. *Caderno de Agroecologia*, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 1-5, 2011. ISSN: 2236-7934

A Terra Indígena coincide com a cadeia de montanhas chamada de Serra do Ororubá, o que dá nome ao grupo, abrangendo além das 24 aldeias em que se distribui a população indígena, espaços sagrados que, segundo Fialho (2014, p. 14), constituem pontos de convergências da vida desses indígenas. A terra, nesse sentido, vai além da representação econômica para o grupo, tendo ainda uma forte dimensão religiosa e histórica, como versaremos ao longo desta análise.

É a terra que, segundo, uma fala bastante repetida entre os índios, “dá força pra lutar”, representando a mãe que dispõe os frutos para aqueles que nela trabalham, sendo ainda elemento importante na memória coletiva Xukuru, repassada de forma oral, dada a necessidade do silêncio, frente a pressões discriminatórias da sociedade envolvente *[sociedade envolvente refere-se aqui àqueles não índios]* (OLIVEIRA, 2014, p. 23, grifo nosso).

Mesmo constituindo um grupo cujo reconhecimento oficial se deu nos anos de 1950, foram as mobilizações de sua população, a partir de 1980, pelo seu reconhecimento étnico e territorial que fizeram com que esse grupo viesse a ter maior destaque. Nesse contexto, percebe-se que nos trabalhos já realizados sobre os Xukuru é possível entender que a identidade deste povo está fundada na percepção que os mesmos têm sobre o seu território (FIALHO, 2011).

A cosmologia Xukuru, que neste trabalho tem caráter fundamental, pode ser compreendida a partir do que Escobar (2015, p. 56) nomeia de “ontologias relacionais”, e entende como toda a densa rede de inter-relações e materialidades construídas pelo grupo e que supõe outra temporalidade. Dentro deste complexo, as lutas pelo território, por direitos, e nesse caso específico, pelo reconhecimento das próprias maneiras de gerir recursos é, sobretudo, a defesa das diferentes maneiras de viver e conceber o mundo, a luta pelos muitos mundos que habitam o planeta, portanto, a defesa do pluriuniverso.

Nessa direção, os Xukuru exemplificam as lutas das comunidades indígenas e suas organizações na defesa de seus territórios, cultura e práticas étnico-organizacionais. Tornam-se um visível contraponto a um projeto “moderno” de mundo, pautado na racionalidade econômica e no desenvolvimento, que insistentemente subalternizam, estereotipificam e invisibilizam povos e comunidades tradicionais. Na verdade, este grupo é a referência de resistência a um projeto neoliberal que usurpa territórios tradicionalmente ocupados e desconsidera estes indivíduos como sujeitos de direito.

No que se refere à organização, entenderemos que entre os Xukuru, como também em distintos grupos indígenas do Nordeste, esse elemento é resultado da articulação de duas preposições, uma referente ao organizar indígena como elemento

histórico de organização social e ordenamento político em torno de seu território, e, o outro, do organizar como um produto da dimensão ontológica relacional, ou seja, das relações expressas na dimensão simbólica.

O primeiro elemento baseia-se na perspectiva de estudos no campo da Antropologia Indígena do Nordeste, que tem como seu principal expoente o antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho. Para este autor, ao estudar esses povos indígenas deve-se atinar para a noção de situação histórica, a ideia de territorialização e, conseqüentemente, os processos de reorganização social (OLIVEIRA Fº, 2004). É, justamente, considerar os processos históricos de colonização, usurpação dos territórios e negação de direitos, ao mesmo tempo, compreender como os grupos tradicionais incorporam-se dentro do estado-nação a partir da esfera territorial, e de como passam, mais fortemente, depois da promulgação da Constituição Brasileira de 1988, a lutar pela efetivação dos direitos a eles direcionado.

Essa é uma dimensão chave a ser priorizada para compreendermos como as comunidades indígenas, e neste caso os Xukuru, estão se tornando coletividades organizadas, “formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando suas formas culturais” (OLIVEIRA Fº, 2004, p. 24).

O outro componente do organizar Xukuru pode ser compreendido a partir da lógica das ontologias relacionais (ESCOBAR, 2015), ou seja, do plano de mundo constituído por e para este grupo. Nesse sentido, refletem os elementos da dimensão simbólica e sagrada deste povo, baseadas na proposta do que aqui chamaremos de “Bem Viver”. O Bem Viver apresenta-se como uma alternativa para construir coletivamente novas maneiras de viver e se relacionar no meio ambiente, é um modelo que preconiza a harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade entre indivíduos e comunidade. É, portanto, uma proposta das comunidades indígenas latino-americanas para repensar o conceito eurocêntrico de bem-estar (ACOSTA, 2016).

Nesta noção, elementos como o Toré¹², os Terreiros¹³, a Pajelança¹⁴, o Pajé¹⁵, as lideranças tradicionais, entre elas o Cacique¹⁶, e os diversos outros elementos ligados ao místico ganham importante significado.

¹² Elemento fundamental no sistema cosmológico Xukuru. Dança ritual realizada pelos índios, por vezes com a presença do Pajé ou liderança religiosa, pode vir acompanhada de outro ritual, a **Pajelança**.

¹³ Espaços sagrados importantes para a realização de rituais. Fisicamente é uma clareia aberta na mata, com algumas árvores compondo o local, no centro desta área localiza-se, normalmente, o **Peji**, uma

Assim, fica claro que o organizar Xukuru reflete a integração e interação entre esses dois elementos, o político, referente à organização sociopolítica em torno do território, e o simbólico, reveladas na dimensão sagrada e do Bem Viver:

O surgimento de uma nova sociedade indígena não é apenas o ato de outorga de território, de ‘etnificação’ puramente administrativa, de submissões, mandatos políticos e imposições culturais, é também aquele de comunhão de sentidos e valores, do batismo de cada um de seus membros, da obediência a uma autoridade simultaneamente religiosa e política. Só a elaboração de utopias (religiosas/morais/políticas) permite a superação da contradição entre os objetivos históricos e o sentimento de lealdade às origens, transformando a identidade étnica em uma prática social efetiva, culminada pelo processo de territorialização (OLIVEIRA Fº, 1998, p. 66).

Portanto, a noção do organizar, tomar decisões e dividir tarefas para este grupo não tem por fim a si mesma, pelo contrário, abre portas para a construção de um projeto de emancipação que tem a Natureza como princípio, o que conecta com a ideia do Bem Viver. É, sobretudo, uma alternativa aos modelos organizacionais hegemônicos, visto que os Xukuru entendem-se como parte da Natureza e não estão “à parte”, como é veemente pregado no modelo antropocêntrico e incorporado pelo capitalista neoliberal.

A Força da Mãe Natureza: Assembleias Xukuru

Criada no cacicado de Marcos Araújo, a Assembleia como parte da organização social e política do povo Xukuru reflete a ideia de descentralização do poder, acesso aos espaços de decisão e de participação democrática é, portanto, uma das formas de “materialização do encantamento” termo que para o grupo, significa estratégias de desenvolvimento do Bem Viver.

Em 1998, com o assassinato do Cacique Xicão, o grupo indígena Xukuru passou por um grande processo de instabilidade política, social e emocional. Esse fator levou os

espécie de gruta feita por pedras ou palhas, nela colocam-se velas, flores e painéis de barro com a **Jurema**, bebida sagrada feita com a árvore do mesmo nome.

¹⁴ Ritual realizado pelo Pajé ou liderança religiosa do grupo, voltado principalmente para cura e fortalecimento do grupo étnico.

¹⁵ Principal figura religiosa do grupo, na literatura antropológica conhecida como o “xamã”, mediador entre o mundo dos homens e o mundo dos espíritos. Ele responde não apenas pelo aspecto sagrado, mas também participa das decisões políticas, da organização social e principalmente da cura. O Pajé do grupo Xukuru, há mais de 40 anos, é o Sr. Pedro Rodrigues Bispo, conhecido como Seu Zequinha.

¹⁶ Liderança responsável pela organização da comunidade indígena. Nos Xukuru o Cacicado atual (período de gestão de um Cacique) é exercido por Marcos Luidson de Araújo, conhecido também como Marcos Xukuru. Cabe ressaltar que o processo de escolha dessa liderança é realizada pelos índios mais velhos, aqueles que têm a “ciência”, e que nomeiam o líder a partir do ordenamento da Natureza.

líderes a elaborarem a Assembleia, como um espaço organizativo, no intuito de reunir o grupo e construir o projeto de futuro deste povo. A construção do projeto de futuro a partir da organização coletiva vai em direção à afirmação de Parker (2002, p. 05) de que o “processo de organizar nos permite controlar nossos destinos individuais e coletivos”.

A cada ano escolhe-se um eixo temático, como, por exemplo, água, terra, educação, para que o grupo problematize e aponte perspectivas sobre a temática proposta. Em muito se assemelha com os princípios das práticas horizontalizadas apresentadas por Misoczky et.al. (2008, p. 13) em que a assembleia geral é uma instância importante para discussões e decisões coletivas.

As Assembleias reúnem o maior número possível de representantes de aldeias, Comissão Interna, agentes de saúde e professores Xukuru como também abre espaço para quaisquer indígenas que queiram participar. Segundo Oliveira (2014, p. 134), este é um momento em que se consegue visualizar o alcance da organização política do grupo onde, além dos Xukuru, encontram-se outras lideranças e grupos indígenas de diversas etnias do Brasil e de outros países, lideranças políticas de distintos movimentos sociais, representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs), universidades, pesquisadores e até mesmo figuras políticas.

Em maio de 2015, registramos em diário de campo (SILVA, Diário de Campo, 2015) a realização da XV Assembleia do Povo Indígena Xukuru do Ororubá, intitulada naquele ano de “Limolaigo Toype: Em defesa da mãe terra”. A partir dos relatos em diário de campo apresentaremos a experiência organizativa do povo Xukuru. O recurso etnográfico utilizado para este empreendimento possibilitará explicitar categorias e discursividades dos sujeitos pesquisados, “sendo capaz de relacioná-las com aquelas categorias teoricamente formalizadas” (ABA, 2015, p. 21).

A Assembleia de 2015 durou 04 dias, sendo o último dedicado ao ato político em memória do assassinato do cacique Xicão Xukuru. Neste ano, iniciaram-se os trabalhos com o ritual sagrado da Pajelança, no terreiro de Pedra D’água, localizado na aldeia de mesmo nome. Cabe mencionar que além de um espaço com grande valor simbólico e religioso, Pedra D’água é um lugar que ganhou força historicamente como centro político Xukuru, principalmente nos processos de Retomada¹⁷ (NEVES, 2007, 116).

¹⁷ Estratégias de mobilização de retomar as terras indígenas que ainda estão ocupadas por não índios. Sobre as retomadas Xukuru ver: SANTOS, Hosana Celi Oliveira e. **Dinâmicas Sociais e Estratégias Territoriais: a organização social Xukuru no processo de retomada**. (Dissertação de Mestrado em Antropologia). Recife: UFPE, 2009.

A abertura da Assembleia é tida como um momento sagrado quando os indígenas pedem para que os Encantados¹⁸ e a Mãe Natureza conduzam o evento, onde serão discutidos os problemas e apontados encaminhamentos do Povo Xukuru. No intervalo entre a dança do Toré, compartilhamento da Jurema sagrada e das incorporações espirituais, que ocorrem eventualmente em meio ao ritual, o cacique convida todas e todos a lutarem pela mãe terra, já que: “A terra não está garantida mesmo com sua demarcação [...]” sendo necessário assumir a postura de “guardiões dela”. Nessa direção, o cacique afirma que “os Encantados dirigem a Assembleia” (SILVA, Diário de Campo, 2015) e que apontam para os índios as posturas que garantam o respeito e harmonia com a Natureza. Esta afirmação pode ser compreendida a partir da lógica do Bem Viver como mecanismo de formular visões de reciprocidade entre indivíduos, comunidade e meio ambiente, ou de como afirmariam os Xukuru: “a materialização do encantamento”.

Após esse preâmbulo, as pessoas dirigiram-se a outro espaço, ainda na aldeia de Pedra D’água, onde está instalada uma estrutura preparada para receber um grande número de pessoas, em torno de 300 indivíduos, é, na verdade, um grande toldo, com pôsteres pendurados, nas paredes de plástico, das Assembleias dos anos anteriores. Há ainda cadeiras distribuídas em fileiras e, na parte principal, uma comprida mesa rodeada de flores, acima da mesa um banner com o tema da Assembleia do ano “Limolaigo Toype: Em Defesa da Mãe Terra”. A mesa mencionada é um espaço dedicado às lideranças indígenas, entre elas o Pajé, o Cacique e a Dona Zenilda Araújo¹⁹, mãe do cacique e viúva de Xicão, entre outras lideranças que se sentam nas cadeiras ali postas. Ainda dentro do Toldo um pequeno cômodo de palha foi construído para as pessoas receberem intervenções religiosas do Pajé e/ou outras lideranças religiosas (SILVA, Diário de Campo, 2015).

Na programação do primeiro dia de Assembleia realizaram-se intervenções culturais e religiosas, apresentações das lideranças indígenas Xukuru, exposição de estudantes das escolas indígenas do território. Também houve espaços de debates. No dia registrado, Cleber Buzatto, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI – Brasília), realizou uma análise de conjuntura sobre a Proposta de Emenda à Constituição 215

¹⁸ Conjunto de divindades que compõe um elemento fundamental no sistema cosmológico Xukuru.

¹⁹ Utilizo durante o texto o termo “dona”, colocado a frente dos nomes, em substituição ao termo “senhora”, por ser mais comumente utilizado no cotidiano do grupo.

(PEC 215), que até então se apresenta como um mecanismo jurídico e político de violação dos direitos sociais dos grupos étnicos brasileiros.

Durante os outros dias do evento, as sessões iniciaram e terminaram com a pajelança. Este é um dos símbolos que revela a “forma de pedir proteção e orientação dos encantados (ancestrais) no evento” (SILVA, Diário de Campo, 2015). Nesse mesma direção, em diversos momentos da Assembleia realizam-se cânticos (toadas), muitos deles para a Jurema sagrada, paralelo a eventuais incorporações de entidades espirituais em alguns dos índios participantes. Segundo os Xukuru, a possessão significa a comunicação entre o mundo dos homens com o mundo dos espíritos, na qual pode ser um canal de mensagem da dimensão sagrada para a condução daquele momento organizativo.

Na manhã do segundo dia, realizaram-se mais espaços de debates que, nesse contexto, pode ser entendido como “espaços que tem o objetivo de aproximar os indígenas às discussões políticas, principalmente, do campo do Direito” (SILVA, Diário de Campo, 2015). Assim, nos leva a compreender que a Assembleia é, além de um espaço de divisão de atividades e tomada de decisão, um espaço de compartilhamento de informações, onde “rege o princípio da difusão de informações relevantes a todos com maior frequência possível para as respectivas deliberações [...]; o que evita o acesso privilegiado de informações, bem como a dissimulação de relações de poder existentes” (MISOCZKY et. al., 2008, p. 13). O debate realizado no segundo dia da Assembleia de 2015 foi sobre os direitos indígenas na constituinte, o que levou, em muitos momentos, intervenções dos presentes no espaço.

Oliveira (2014, p. 134) pontua que “na Assembleia o público é dividido em grupos que falam sobre saúde, educação, etnodesenvolvimento e política de regularização fundiária, onde são expostos problemas pertinentes ao povo e debatidas estratégias de resolução” referindo-se às atividades ocorridas no segundo dia da Assembleia etnografada. Foram divididos, portanto, em quatro grupos de trabalho (GT's) a partir de quatro eixos temáticos: educação, meio ambiente, território e saúde.

A divisão dos grupos foi realizada a partir de dois princípios: I – alocação de tarefas, funções e cargos, seguindo critérios alteracionais: habilidade, interesse, desejo e responsabilidade, e, II – critério da “rotatividade” em que as pessoas são alocadas em grupos aos quais não participaram em outras Assembleias. Sendo estes dois critérios também apresentado por Misoczky et. al. (2008, p. 13) como princípios das práticas horizontalizadas que possibilitam um exercício “mais igualitário e de maior eficiência”.

Foram convidados indigenistas especialistas no assunto do eixo para realizarem a mediação junto com um indígena Xukuru que exerça atividades relacionadas ao tema da seção de trabalho. Este fator atende ao critério da competência apontado por Misoczky et. al. (2008, p. 13), onde o critério de escolhas dos indivíduos para determinada função é mediada a partir da especialidade necessária ao desempenho desta.

Nos grupos de trabalho, são apontados problemas, questionamentos e possíveis encaminhamentos para as problemáticas apresentadas, há, por sua vez, uma constante revisita as instâncias de organização Xukuru, as quais podem se encarregar das demandas expostas. Questiona-se também se os compromissos adotados em Assembleias anteriores, relacionados ao eixo de discussão, foram cumpridos, caso contrário, discutem-se as dificuldades referentes ao não cumprimento de tais acordos.

Após as discussões dos GT's, os mediadores de cada seção apresentaram, no dia seguinte, as atividades realizadas nos grupos, os debates e, principalmente, as propostas de encaminhamentos para os mesmos. Nesse momento, integrantes dos outros grupos tiveram a possibilidade de também apresentarem outros fatores referentes às temáticas e possíveis ações.

Finalizando esta etapa, formou-se uma comissão com integrantes de cada grupo de trabalho, neste caso os mediadores dos GT's, que sistematizaram tudo o que foi exposto e organizaram em um documento contendo os compromissos e posicionamentos políticos a serem assumidos. Esse documento, chamado de Carta Final da Assembleia, é lido pelo cacique no momento final da Assembleia e votado, caso aprovado por contraste visual, delibera os compromissos que os indígenas e suas lideranças terão durante o ano que se segue até a próxima Assembleia, quando os mesmo deverão prestar conta das atividades realizadas no sentido de atender a estas demandas.

No mesmo dia em que foram expostas as discussões dos grupos de trabalho, foi apresentado em horário anterior à leitura e votação da Carta da Assembleia, a prestação de contas, meio pelo qual se socializam as atividades realizadas pelos líderes da comunidade que tiveram por finalidade atender às demandas do documento final da Assembleia anterior. Entre as instâncias que prestam contas à população indígena estão os conselhos Xukuru, a Associação, o coletivo Jupago e, ainda, os vereadores indígenas, que eleitos pelo grupo, apresentam o exercício de sua gestão política.

Como apontado na metodologia, os grupos de trabalho da Assembleia foram escolhidos como pano de fundo principal para a análise da divisão de tarefas, assim como a Carta da Assembleia para a tomada de decisão. Entende-se, neste trabalho, que a divisão de tarefas se refere à execução de uma tarefa ou trabalho específico, as divisões de tarefas em um processo organizativo são decorrentes das divisões em áreas funcionais da organização (SOBRAL; PECI, 2013). Por sua vez, a tomada de decisão é o processo de escolher entre alternativas com o objetivo de resolver um problema ou aproveitar uma oportunidade, sendo esta tarefa historicamente importante no campo da Administração (SOBRAL; PECI, 2013).

A escolha dos GT's e das Cartas das Assembleias como cenário de compreensão dos processos organizacionais de dividir tarefas e tomar decisão, parte da reflexão sobre a importância que esses dois elementos têm para pensar os mecanismos utilizados pelo grupo, no sentido de afirmarem os princípios de coletividade e acesso ao poder.

No âmbito das Assembleias, outras atividades poderiam ser utilizadas para analisar os processos de divisão de tarefas e tomada de decisão, como, por exemplo, a estruturação dos alojamentos nas escolas Xukuru, o trabalho da cozinha, ou até mesmo os preparativos para a Assembleia, como as pré-Assembleias. Não obstante, optou-se pelos GT's e pelas Cartas por seguirem uma linha de compreensão interessante para pensar o organizar Xukuru. Os GT's propiciam debates de maneira horizontalizada e focalizada em eixos temáticos distintos, porém relacionados, onde quaisquer pessoas do grupo podem participar e se comprometer com as discussões e tarefas designadas, além disso, é um espaço onde se revisita as instâncias de organização sociopolítica Xukuru.

As Cartas, por sua vez, são registros escritos de todo um processo de discussão coletiva, o que representa a voz do grupo e, por conseguinte o projeto de futuro destes indivíduos. A votação deste documento significa a autonomia das pessoas em escolherem a Carta como o compromisso máximo individual e coletivo por um ano.

A partir da análise documental das Cartas das Assembleias, foi possível identificar alguns elementos importantes para análise das discussões aqui empreendidas. Em todas as Cartas, nota-se a significativa presença dos “agentes sobrenaturais” como norteadores das formas em que o grupo divide suas tarefas e, principalmente, tomam as decisões em relação ao projeto coletivo de futuro.

Em mais de uma Carta, faz-se memória à frase de Xicão Xukuru de que “a água é o sangue da Terra, as matas são os cabelos e as pedras são os seus ossos”, o que

reafirma a importante interferência da Natureza e de toda a cosmologia Xukuru nos processos de organizar. De outro lado, o território sempre assume um posto importante nos documentos, já que a identidade Xukuru está fundada na percepção que os mesmos têm sobre essa categoria, como afirma Fialho (2011), é também resultado de um processo de construção de uma estrutura sociopolítica a partir das lutas históricas travadas para garantir esse direito social.

Nas Cartas, encontram-se pontos de discussões convergentes, todos os documentos apresentam um balanço do que já foi discutido e conquistado a partir da trajetória das Assembleias e da luta política do povo, também é possível verificar, na maioria dos textos, que o grupo preocupa-se em descrever as conjunturas internas e externas enfrentadas naquele dato momento histórico.

Em dado momento dos textos, encontram-se enumerados os encaminhamentos a serem implementados até a próxima Assembleia, o que é, na verdade, uma lista de princípios que visam “refletir e planejar o futuro do nosso Povo, contribuindo na melhoria da nossa qualidade de vida, inclusive, da população regional” (Povo Xukuru do Ororubá, Carta da IV Assembleia), que garanta, por exemplo, que “a riqueza que a nossa terra dá deve ser partilhada e não deve ter entre nós desigualdade social” (Povo Xukuru do Ororubá, Carta da VII Assembleia). Nessa direção, afirma o sentido coletivo das decisões e do projeto de futuro de “um só povo” (Povo Xukuru do Ororubá, Carta da III Assembleia).

Proposições de alguns desses documentos, colocam em evidencia como se dá a construção dos processos organizativos, como a tomada de decisão, por exemplo. A Carta da VII Assembleia afirma que “as decisões devem ser tomadas de forma coletiva, ouvindo os mais velhos, a comunidade e a nossa organização social” o que reafirma a Assembleia como a instância organizacional que garante voz e voto para população, sendo a Carta Final à culminância do processo de tomada de decisão.

As Cartas também revelam o objetivo Xukuru de construir o seu autônomo modelo de organizar:

Saímos fortalecidos e conscientes de que precisamos superar os desafios impostos, para construir o nosso modelo de governo autônomo, fortalecidos com a força das nossas organizações que em sintonia com a nossa espiritualidade, nos conduzem a trilhar pelos caminhos que nos levam a terra velha, terras dos ancestrais, nosso *Limolaigo Toype* (Povo Xukuru do Ororubá, Carta da XIII Assembleia).

Por último, no que se refere ao Bem Viver os Xukuru, afirmam:

Vamos fazer a '*PACHACUTI*'²⁰, como dizem os nossos parentes do Equador e da Bolívia, ou seja, 'a Reviravolta, a mudança radical de nosso modo de vida, quando a Roda Grande passa pela roda pequena'. Queremos viver sob os princípios do respeito à Natureza, às águas, às matas, às pedras e os animais. Queremos valorizar os outros, as mulheres, os jovens e as crianças. As pessoas mais velhas são exemplos para nossas vidas. A solidariedade, a união, a partilha, a comunhão, a religião, o pisado do toré, o chiado da maraca, a harmonia, a liberdade, a imparcialidade, o mandar obedecendo, são valores que queremos vivenciar. Queremos convidar às pessoas de Pesqueira e todos àqueles que quiserem se juntar ao nosso povo para construirmos juntos a sociedade do Bem Viver (Povo Xukuru do Ororubá, Carta da XI Assembleia).

À Modo de Conclusão: para pensar sobre outras possibilidades de organizar

As Assembleias Xukuru são apresentadas nesse trabalho como um espaço de discussão do projeto de futuro do grupo, nelas desenvolvem-se os exercícios de tomada de decisão, divisão de tarefas que permite delinear o destino da coletividade, é ao mesmo tempo uma fração de como o grupo elabora sua maneira de organizar, a partir de princípios como o Bem Viver.

Nesse contexto, assume-se como uma alternativa aos modelos hegemônicos de organização, divisão de trabalho e tomada de decisão em um cenário em que métodos de fazer organização como coordenação, cooperação, comércio de permuta, participação, coletividade, democracia, comunidade, cidadania, troca, têm sido cada vez mais apagados, marginalizados ou cooptados pela lógica do *management* (PARKER, 2002).

As Assembleias Xukuru exemplificam uma lógica diferente do gerencialismo de mercado, se analisada as temáticas que nelas são postas em discussão, como se discutem as problemáticas, como dividem os trabalhos e como tomam decisões. Em torno dos eixos temáticos, giram as discussões e decisões sobre o projeto de futuro do grupo. Nesse contexto, nota-se que existem potencialmente muitas formas não gerenciais de se organizar e muitas formas diferentes de se pensar sobre o mercado, na verdade, a noção gerencialista de mercado de organizar é apenas uma alternativa entre muitas outras (PARKER, 2002).

A instauração das Assembleias evidencia o novo momento organizacional do povo indígena Xukuru, momento este que é fruto da homologação do território

²⁰ *Pachacuti* foi o nome do nono governador Inca, em espanhol o termo significa "o que muda a terra" ou "reformador da terra". Disponível em: Blog Descobrindo Machu Picchu. http://www.descobrindomachupicchu.com.br/crbst_2.html. Acesso em: 13/01/2017.

tradicionalmente ocupado e do processo de retomada de terra. O território, neste contexto, se concebe como muito mais do que uma base material para reprodução da comunidade e suas práticas, é, na verdade, o espaço que se desenvolve toda a rede de inter-relações e materialidades, seja da esfera política seja da dimensão simbólica.

Enquanto mecanismo organizacional, esta instância demonstra uma proposta de gestão que abre possibilidade ao diálogo amplo, horizontalizado, “considerando inclusive o questionamento do trabalho realizado por seus representantes políticos” (OLIVEIRA, 2014, p. 134). É a partir das Assembleias que podemos perceber a ideia de unidade, proposta pela lógica de Bem Viver do grupo, é dizer, correntes divergentes que atuam na forma a criar um todo social, sendo este todo baseado nos direitos humanos e nos direitos da Natureza. É, por tanto, reconhecer a Natureza como sujeito de direitos, princípio do Bem Viver (ACOSTA, 2016, p. 28).

A Natureza, neste cenário, apresenta-se como um princípio do Povo Xukuru. Segundo Fialho (2015, p. 07), podemos compreendê-la a partir de três dimensões: como classificadora, a partir da compreensão e categorização do espaço físico; como ordenadora, que rege as ações e decisões no plano organizativo do grupo e, como política, que orienta as ações e decisões no plano organizativo do grupo, em relação à forma de definição de lideranças.

Nessa direção, compreendemos a Natureza com valores intrínsecos e ontológicos, ao mesmo tempo em que os indivíduos atribuem a ela distintos significados (ACOSTA, 2016, p. 28). Essa mesma Natureza, que é passiva de significações, é agente ativa ao atribuir significados e exercer papel notório no plano organizativo e no plano cosmológico Xukuru, sendo, portanto, elemento de análise para quem empreende a discussão sobre formas de organizações étnicas, e, nesse caso, das Assembleias do Povo Xukuru.

O organizar, por sua vez, não é, neste caso, um elemento da lógica dualista concebido pelo projeto de acumulação de capital “que separa o humano e o não humano, natureza e cultura, indivíduo e comunidade, nós e eles, mente e corpo, o secular e o sagrado, razão e emoção” (ESCOBAR, 2015, p. 55). Organizar é, sobretudo, a integração dos elementos humanos e não humanos, políticos e simbólicos que estabelecem as relações de gestão.

Pensar as Assembleias Xukuru como expressão dessa lógica de organização é identificar que muitos dos movimentos organizativos dos grupos “étnico-territoriais”

ênfatizam outra dimensão como resultado principal: o Bem Viver, e no caso Xukuru, a “materialização do encantamento”.

Este trabalho, nesse contexto, representa a tentativa de olhar o organizar a partir de elementos não estudados na área dos EO, representa também a caminhada contrária em relação ao que é criado e recriado no imaginário social sobre os povos indígenas, que, por vezes, reafirma estereótipos e invisibiliza o protagonismo dos mesmos.

Este estudo demonstra um pouco do que os grupos étnicos podem contribuir no processo de construção de conhecimento dos estudiosos dos EO, em consequência disso, corroborando com a afirmação da necessidade de uma formação humana e reflexiva.

O caso dos Xukuru do Ororubá assume significativa importância, pois, a partir deles, descortina-se uma temática que move a Administração desde seus primórdios até os dias atuais, o exercício de organizar. A ideia é, justamente, deslocar esse campo do saber, que sempre ocupou os postos de satisfação, eficiência, eficácia, crescimento entre outros, para a uma perspectiva crítica, para além do capital.

Assim, é importante o entendimento da diferença, e, especificamente no campo dos EO, de trabalhos que olhem as relações dos direitos à identidade, direitos ao território, direitos à autonomia, organização e participação, assim como o direito de uma visão própria de futuro, é dizer, direito ao território de diferença e das diferentes maneiras de organizar (ESCOBAR, 2010).

Nessa direção, pensar os grupos étnicos no campo organizacional nos leva a compreender e, sobretudo, respeitar a diversidade e as diferentes maneiras de conceber e viver no mundo. Faz-se, portanto, necessário uma leitura crítica dos estudos em EO, que por vezes estereotipificam, subalternizam e invisibilizam os grupos étnicos em função de um projeto de mundo moderno, capitalista e excludente.

REFERÊNCIAS

ABA. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Protocolo de Brasília: **Laudos Antropológicos:** condições para o exercício de um trabalho científico. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2015.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária. Elefante, 2016.

BASTOS, Barbara. et. al. Ampliando as possibilidades do organizar: uma discussão a partir da perspectiva do Pós Desenvolvimento. In: **III CBEO**, 2015, Vitória.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. **Censo Demográfico 2010: Características Gerais dos Indígenas**. RJ: IBGE, 2010.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia**: lugar, movimientos, vida, redes. Popayán: Envión, 2010.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: ontología política de los ‘derechos al territorio’. In: MENA, M.; LEMOS, R. (orgs.) **Debates sobre conflictos raciales y construcciones afrolibertarias**. Medellín: Poder negro, 2015.

FIALHO, Vânia. **“Filhos da Mãe Natureza”**: as dimensões constitutivas do território Xukuru do Ororubá. 2015. *(Texto disponibilizado pela autora, circulação particular)*.

FIALHO, Vânia. Parecer antropológico: faccionalismo Xukuru. In: FIALHO, Vânia; NEVES, Rita; FIGUEIROA; Mariana (orgs.). **Plantaram Xicão**: os Xukuru do Ororubá e a criminalização do direito ao território. Manaus: PNCS-UEA Edições, 2011.

FIALHO, Vânia. Prefácio: Da Serra, do Toré e da Força dos Encantados. In: OLIVEIRA, Kelly. **Guerreiros do Ororubá**: o processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014.

FISCHER, T. Alice através do espelho ou Macunaíma em Campus Papagalli? Mapeando Rotas de Ensino dos Estudos Organizacionais no Brasil. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 10, n. 28, p. 47-62, 2003.

MISOCZKKY, Maria Ceci. et. al. Autogestão e práticas organizacionais horizontalizadas: amplificando sinais. **Anais do V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**, Belo Horizonte, 2008.

NEVES, Rita de Cássia Maria. Resistência e Estratégias de Mobilização Política entre os Xukuru. In: ATHIAS, Renato. (Org.). **Povos Indígenas de Pernambuco: Identidade, Diversidade e Conflito**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007, v. 1, p. 113-136.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely. **Guerreiros do Ororubá**: o processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014.

OLIVEIRA Fº, João Pacheco de. Uma etnologia dos ‘índios misturados?’ – situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana – Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998. ISSN: 0104-9313.

OLIVEIRA Fº, João Pacheco de (Org.). **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: LACED, 2004.

PARKER, Martin. **Against management**: organization in the age of managerialism. Oxford: Polity Press, 2002.

Povo Xukuru do Ororubá. **Carta Final da XI Assembleia do Povo Xukuru**. Serra do Ororubá, Aldeia Vila de Cimbres, Maio de 2011.

Povo Xukuru do Ororubá. **Carta Final da VII Assembleia do Povo Xukuru**. Serra do Ororubá, Aldeia Capim de Planta, Maio de 2007.

Povo Xukuru do Ororubá. **Carta Final da IV Assembleia do Povo Xukuru**. Serra do Ororubá, Aldeia São José, Maio de 2004.

Povo Xukuru do Ororubá. **Carta Final da III Assembleia do Povo Xukuru**. Serra do Ororubá, Aldeia Vila de Cimbres, Maio de 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRIGUEZ, César. Introdução: Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalistas**. Porto: Afrontamento, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 63, p. 237-280, 2002. ISSN 0254-1106.

SILVA, Whodson. XV Assembleia do Povo Indígena Xukuru do Ororubá. **Diário de Campo**. Serra do Ororubá, Pesqueira. 2015.

SOBRAL, Felipe; PECI, Alketa. **Administração – teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo: Pearson, 2013.

WAIANDT, C., FISHER, T. O ensino dos estudos organizacionais nas instituições brasileiras: um estudo exploratório nos cursos de pós-graduação stricto sensu de administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 14, n. 4, p. 785-836, out-dez, 2013.